

“Côngrua do feno e da pastorícia”: elementos de sociabilidade no norte alentejano

Ricardo L.S. de Campos

UFG/FCS/CICS.NOVA.UÉvora
sapiacampos@yahoo.com.br

Resumo

O artigo foca elementos de sociabilidade contemporânea de uma aldeia do norte alentejano. A atividade agropastoril é apontada como o elemento chave de sociabilidade da aldeia, juntamente com o cotidiano da população reformada, e vivendo em segunda habitação. Observo o crescimento das áreas de pastagem permanente em detrimento da agricultura de sequeiro e doutras atividades. Fatores do cotidiano estão relacionados com o argumento da “pastorícia contemporânea”, que do ponto de vista do “desenvolvimento do território”, conecta a figura “mítica” dos pastores alentejanos com a indústria da carne. O uso e posse da terra no Alentejo, principalmente neste “Alentejo mais ao norte”, guarda elementos pré-capitalistas, que com a impulsion da indústria da carne e da grande abertura de exportação, se adapta com originalidade. Extensões de terra, ou mesmo “extensões de frações”, muitas herdadas, são tidas como um fardo ao qual se deva cumprir com o dever moral de “pertencimento”, ou mais propriamente: “propriedades privadas”.

Palavras-Chave: Alentejo Norte; região; “pastorícia contemporânea”; sociabilidade e território.

Abstract

The article portrays elements of contemporary sociability in a village in the north of Alentejo. The agropastoral activity is pointed out as the key element of sociability in the village, together with the daily life of the retired population, and living in a “second home”. I observe the growth of permanent pasture areas to the detriment of rainfed agriculture and Other activities. Everyday factors are related to the argument of “contemporary pastoralism”, which, from the point of view of “territory development”, connects the “mythical” figure of Alentejo shepherds with the meat industry. The use and possession of land in Alentejo, especially in this “Alentejo further north”, retains pre-capitalist elements, which with the impetus of the meat industry and the great opening for exports, adapt with originality extensions of land, or even “extensions of fractions”, many inherited, are seen as a burden to which one must comply with the moral duty of “belonging”, or more properly: “private Properties”.

Keywords: Alentejo North; region; “contemporary pastoralism” sociability; and territory.

Introdução

Este artigo é fruto de trabalho de campo e da “vivência”, por período de dois anos, em aldeia de 248 habitantes do norte alentejano, situada entre os Concelhos de Ponte Sôr e Portalegre. O objetivo deste trabalho é entender a dinâmica de sociabilidade local de aldeias, vilas e lugares do norte alentejano. Construir entendimento, e, argumento a partir do trabalho de campo, buscando o “cotidiano” contemporâneo da realidade agro pastoril. O entendimento é que o “cotidiano agropastoril” indica a realidade mais geral das aldeias e vilas da região, principalmente onde o

processo de industrialização nunca se completou. Lugares que engendraram um tipo de desenvolvimento que mescla realidades produtivas muito distintas entre o modelo de produção industrial, representada pela produção dos olivais e amendoais superintensivos, e mais recentemente o setor agropastoril com a exportação de carne.

Para o estudo da “sociabilidade da aldeia”, depreendo o entendimento dos clássicos estudos de *Georg Simmel*, para quem a sociabilidade (sociação), é por excelência a característica humana por meio da qual os indivíduos constituem uma unidade. Unidade

indissociável dotada de duas dimensões interdependentes: forma e conteúdo, que se movimentam tendo como objetivo satisfazer os interesses desta unidade complexa. (*Simmel*, 2006). O pensamento do “sociólogo da metrópole”, indica à multiplicidade de “sociedades” como aspectos multifacetados e simples da vida cotidiana, que ligam os indivíduos em torno de algo maior, ou duma espécie de “totalidade”, que no caso da pesquisa identifico como sendo a pastorícia. Neste ponto em particular, o autor da sociabilidade das grandes metrópoles assemelha-se aos clássicos escritos de *Henry Mendras* (1976) sobre os estudos de comunidades agrícolas na França, nos quais identifica as chamadas “relações sociais diferenciadas” ou então “relações de interconhecimento”, como representações, e, a chave do entendimento em torno de uma micro totalidade, que no caso é a pastorícia. A côngrua em torno desta pastorícia revela quer pela ótica de *Simmel* quanto de *Mendras*, a ideia de “complexidades restritas” do micro mundo da aldeia que voltada para si mesmo tende a identificar a pastorícia em suas múltiplas dimensões e representações (dádiva, troca, festas, venda, reconhecimento, etc.) como o “centro do mundo”.

A presente pesquisa é ancorada em observação participante intensiva, realizada entre agosto de 2020 e maio de 2022. O trabalho foi escrito a partir de anotações de campo, recolha de depoimentos, histórias locais, mas sobretudo da vivência com as pessoas do lugar. Trabalhei com cerca de vinte depoentes que não estão identificados no texto por opção de preservação do anonimato. Os argumentos são extraídos da pesquisa com história oral e técnicas de entrevistas, e da vivência material e cotidiana do pesquisador na aldeia. Metodologicamente a proposta é de produzir o texto desenvolvendo o argumento a partir de fatores e ocorrências recorrentes no cotidiano do local, sendo que esta ênfase é dada pelos depoentes ou pela recorrência objetiva, que o pesquisador observa. A “escolha” pela pesquisa-ação, metodologicamente conjugada com a metodologia participativa, envolve parte da recolha de termos de uso corrente, como delimitação institucional; também estudo preliminar em oito aldeias da região, apesar da vivência cotidiana do pesquisador acontecer em apenas uma delas, a partir da qual desenvolve os parâmetros de análise. Os

termos são: “meter projeto”; “tirar os paus”; “levar a terra”; “toca a andar”; “pagar contrato”, sendo estes os termos que identifico como os mais recorrentes no léxico dos proprietários de gado, compreendido principalmente gado bovino e ovino¹.

Como técnica da pesquisa-ação (*Thiollet*, 2007), preservo o envolvimento cotidiano na resolução envolvente de problemas comuns entre comunidade e pesquisador, expondo conhecimentos diferenciados do tipo “o professor e o hortelão, o pastor e o professor”. Da pesquisa participativa, conforme *Lakatos* e *Marconi* (1991), preservo a solução ou intervenção em problemas comunitários mais amplos e coletivos com resoluções menos duais e identificadas, apesar de estabelecidas as participações e a origem distinta do conhecimento, como por exemplo a reparação da estrada, a participação em comunidades assistenciais, etc.

A pastorícia é, como foi no passado, atividade econômica privilegiada das aldeias e vilas do norte alentejano, portanto, principal foco de sociabilidade local compreendendo a seção de terras para pastagem, arrendamento, mercado de compra e venda do gado e do feno, e outras atividades menores que estão presentes no cotidiano. Pastorícia realizada normalmente em terrenos “vedados”, ou “cercados”. Cada vez mais raro a presença de pastores de campo aberto, apesar de eles ainda existirem.

Apesar do cotidiano destas aldeias se movimentar em torno da atividade pastoril e da produção de carne, parte dos “residentes” tem casa de segunda habitação, permanecendo nas vilas e aldeia, geralmente no verão, entre os meses de julho e agosto, e desde meados dos anos setenta são moradores temporários. Normalmente têm como residência principal a cintura industrial periférica de Lisboa, ou o centro e norte do país.

1. O Alentejo é um mundo....

Desde a “construção” do Estado português as terras do que hoje é o Alentejo foram doadas pela nobreza às ordens militares e religiosas que assumiam o compromisso de defesa do território. Famílias detentoras de grandes “herdades” a partir das quais surgiram alguns lugares, vilas e aldeias eram desde então local privilegiado de sociabilidade.

A vastidão do Alentejo compõe um terço do território de Portugal continental. Considerado entre alto, médio e baixo Alentejo, a região compõe aproximadamente 30% ou 33% do território de Portugal, e tem sua história desde o final do século XIX e no Século XX, identificada com o assalariamento agrícola. As chamadas “campanhas do trigo”² consolidaram esta vasta extensão territorial que compõe toda à chamada margem sul do Rio Tejo³ como vocacionado à agricultura, ou, à agricultura extensiva utilizando particularmente mão-de-obra assalariada.

O Alentejo continua “vocacionado” para grandes produções impulsionadas por escala. Preserva deste modo as características sociais extremas descritas por *Cutileiro* (1972) entre riqueza extrema e pobreza extrema. A histórica concentração fundiária da região parece reproduzir (mesmo com a modernização e o desenvolvimento capitalista na região) o modelo de grande produção, principalmente quando comparado com o norte do país. Os dados do último censo agrícola, citados por Rodrigues (2017), indicam neste sentido, também no que tange ao tamanho médio das explorações agrícolas: SAU: Superfície Agrícola Utilizada.

A análise da SAU média por exploração permite-nos observar que a área média de SAU por exploração conheceu grandes incrementos entre 1989 e 2009. A área de SAU média das NUTS alentejanas situava-se entre os 31 e os 49 ha em 1989, tendo passado a assumir valores entre 48 e 70 ha em 2009. Quer em 1989 e em 2009, tratam-se de valores muito superiores aos valorizados no resto do Continente (4,05 há e 6,46, respectivamente). (Rodrigues, 2017. P. 103).

Com baixa densidade populacional e exploração agrícola, conjugada com grandes extensões territoriais e concentração fundiária, aproximadamente 60% do Alentejo está ocupada diretamente com a produção agrícola e a pastorícia de gado, e, parte dos restantes 40% com a indústria dependente da agricultura como o setor da vinicultura, azeite e carne, principalmente. Predomina no Alentejo os prados e pastagens em detrimento das áreas de agricultura permanente no norte do país, ainda que este cenário esteja mudando, principalmente em função do crescimento de empresas agrícolas de produção de azeite de oliva e amendoais.

Que pese outras divisões e fragmentações⁴ além das três (norte, centro, sul) que compõe a geografia política do território alentejano, como Alentejo litoral, a margem sul de Lisboa (nomeadamente com o protagonismo de Setúbal), com histórico fabril e de assalariamento urbano, a região que aqui definiremos como centro-norte do Alentejo manteve o histórico do seu desenvolvimento preservando particularmente a pastorícia. No caso do norte alentejano, segundo Rodrigues (2017), houve entre os anos de 2009 e 2016, um crescimento da ordem de 70% da composição da superfície agrícola utilizada, como pastagem permanente:

Em todo o Continente a área de pastagem permanente aumentou mais de 900.000 ha. Destes, mais de 700.000 situa-se no Alentejo. A área de pastagem permanente aumentou de 21% para 57% no Alentejo. No Alto Alentejo e no Alentejo Central, a proporção de pastagem permanente é maior que 65%. Acrescenta-se que mais de 1.000.000 de ha das pastagens permanentes do Alentejo estão em explorações com SAU superiores a 50 ha. (Rodrigues, 2017, p. 104).

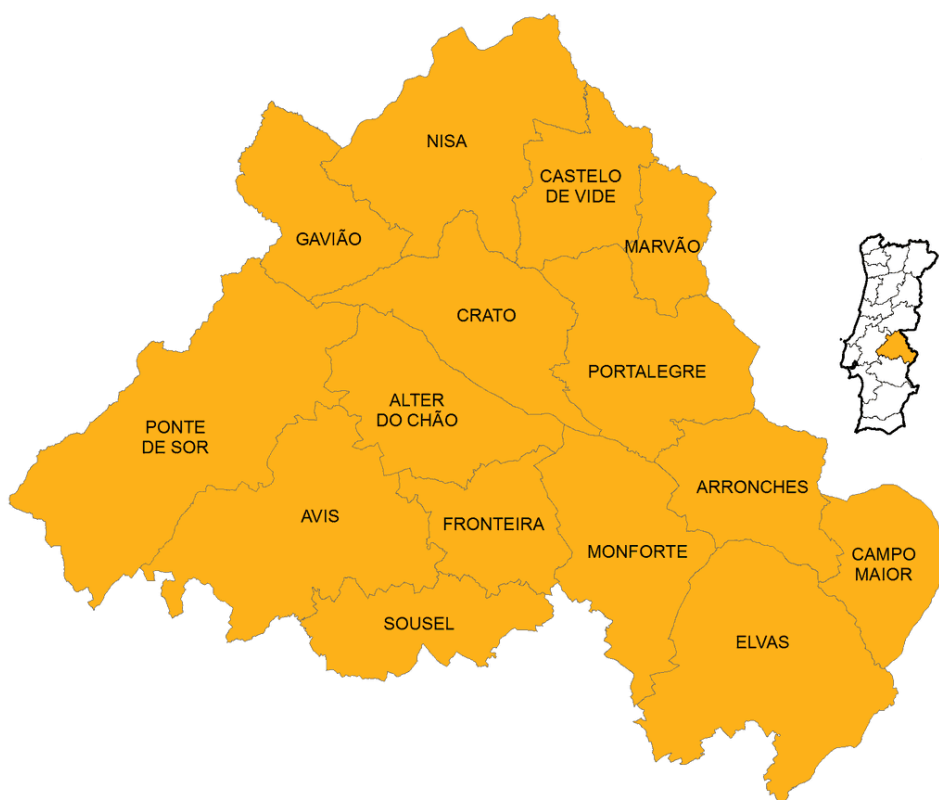
O modelo produtivo do Alentejo “continua” sendo concentrador quando comparado com o restante do país. No estudo referente a sociabilidade das aldeias em sistema de pastorícia não faço nenhuma separação entre “áreas arrendadas”, “exploração por conta própria”, etc., todavia, conforme se verá a seguir às áreas em arrendamento, ou seção acaba tendo privilégio diante daquelas exploradas pelos próprios

proprietários, já que aquelas engendram mais fulcro de sociabilidade e conflito. As áreas com pastagem aumentaram no Alentejo norte e central, indicativo também no tocante ao arrendamento, em que incluímos, já que a estatística não discrimina, áreas de terrenos em seção.

A área com SAU arrendada diminuiu 7,4% no Alentejo contra 35% no resto do Continente. Contudo, é possível verificar que a área de SAU

arrendada aumentou 9% no Alentejo Central. (...) a área de SAU arrendada por exploração que usa o arrendamento aumentou significativamente, atingindo valores muito mais elevados, que a SAU média explorada por conta própria, apesar do crescimento também significativo desta. (Rodrigues, 2017, p. 111-112)

Figura 1 – Mapa do Alentejo Norte



Fonte: Disponível: <https://canalalentejo.pt/sete-municipios-do-norte-alentejano-pedem-isolamento-obrigatorio-para-quem-chega-ao-distrito/>

O norte alentejano preserva a pastorícia, inclusive com incentivos da União Europeia. Os solos pobres e pedregosos aliados à concentração fundiária juntamente com a migração interna permitem que os donos de terrenos se desvinculassem do local sem,

contudo, alienar suas propriedades. A “política de pastagens” contrasta com o modelo de “criação de gado como ramo da agricultura”, conhecido como confinamento, e praticado milenarmente na Europa central e setentrional (Ribeiro, 2021).

Acrescenta-se o fator de crescente migração ocorrido na região, principalmente durante o Estado Novo. Na rasteira dos escritos de Pinto e Rodrigues (1996), Madeira (2004) ao escrever sobre a construção da rede de ação do PCP – Partido Comunista Português no período, admite que a imigração foi dos principais fatores de resistência:

As poucas lutas referidas anos sessenta dentro e nos anos setenta são inexpressivas, havendo mesmo anos sem qualquer referência a movimentos sociais rurais. O Alentejo, entretanto, vai se despovoando. No período de 1951 a 71, os distritos alentejanos perdiam cerca de 304.500 habitantes. (p. 130-31).

O despovoamento do território aliado a migração, principalmente interna, mas não só, para a franja industrial de Lisboa, Leiria, Ribatejo, etc., reflete que a população local constrói na ação migratória, alternativa em busca de melhores condições de vida. O sistema de produção em grandes herdades e o modelo produtivo do latifúndio não absorvia a população local que via na migração uma possibilidade para “fazer vida”.

Dentre a literatura social e sociológica clássica destaca o pensamento de Max Weber, que em seus escritos de juventude quando vai justamente estudar a imigração dos camponeses polacos para Alemanha, aponta:

nem só de pão vive o trabalhador agrícola, e a sua existência não se limita apenas ao seu interesse material; em grande medida vive também de ilusões, como se poderia afirmar de um ponto de vista econômico material, ou melhor dizendo, de momentos cuja base psicológica é para nós em parte problemática e fundamentalmente inacessível a um entendimento puramente econômico (Weber, 1993, p. 4).

As bases metodológicas weberiana, sendo de domínio público, permitem entender a imigração como fator de “resistência”, ou ação propositiva construída a partir, obviamente, da base econômico-material. Nesta senda, os também clássicos estudos de Edward P. Thompson (1997) sobre *A formação da Classe Operária Inglesa*, apontam, que a classe social existe por que luta, e não ao contrário, em função de determinações

ou determinismos econômicos. Entendimento com o qual o intelectual italiano *Sandro Mezzadra* (2006) constrói o conceito de imigração como “resistência”, ou “direito de fuga”.

A “vastidão do Alentejo”, recolhida como percepção dos alentejanos que apontam que o “Alentejo é um mundo”, vem da fala recorrente na região. Foi escolhida aleatoriamente entre outras como “o Alentejo é grande”, ou então “não se pode conhecer o Alentejo”. Esta fala denota também uma característica recorrente que é o sentimento de pertencimento da população ao contexto do Alentejo e a condição vangloriada do “ser” alentejano, que n’alguns casos remete ao entendimento de um “nós e os outros”. Uma condição que denota também “centrismo”. Não raro encontramos pessoas, criança pré-adolescentes, e mesmo adultos, homens e mulheres habitantes destas vilas e aldeias rurais que habitam as regiões “raianas” ou a não mais de cinquenta quilômetros, e nunca tinham ido até a Espanha.

2. Território “produtivo”

O Alentejo de maneira geral, e mais n’algumas partes deste vasto território, encontra-se resquícios de sociabilidade pré-capitalista, como aqueles que já haviam sido identificados nos clássicos estudo de Jose Cutileiro (1972), quando o autor apontava o caráter de estratificação social da terra a despeito do baixo valor de mercado e dos poucos rendimentos dela proveniente. Caldas (1978), aponta que entre os anos 40 e 50 o modelo de desenvolvimento agrícola no Alentejo de maneira geral, preservava a chamada “economia do latifúndio”:

Nesta grande zona dominada por propriedades de muito grande dimensão, a economia do latifúndio baseava-se fundamentalmente na cultura dos cereais – com relevo particular para o trigo -, no olival, no montado de sobre e na criação de gado ovino e suíno em regime extensivo. Embora se recorresse predominantemente a tração animal de muares e asininos e grande parte das operações culturais fossem ainda executadas manualmente, verificava-se desde o início

dos anos 30 um processo continuado de difusão de técnicas e equipamentos que iam no sentido de facultar a substituição tanto da energia humana e animal pela de origem mineral, como de mão-de-obra pelo capital. De qualquer modo o desenvolvimento da mecanização verificar-se ia apenas depois da guerra de 1939-45, e com maior intensidade só na década de 60. (1978, p. 73)

Um grande projeto de cunho desenvolvimentista do chamado Estado Novo foi a chamada “campanha do trigo”. Projeto nos moldes germinais duma agricultura industrial, estruturada entre “desenvolvimento tecnológico” - automação - e assalariamento agrícola. Nestes “campos de trigo”, o montado foi sendo substituído gradualmente. Fator mais verificado no sul do Alentejo em muitas herdades suprimiram os montados milenares abrindo campos para a cultura cerealífera. Esta prática acelerou o efeito devastador na degradação dos terrenos, forjando uma paisagem diferente entre um norte mais preservado e um sul alentejano com mais marcas de degradação ambiental.

A intensificação do capitalismo agrícola no Alentejo segue um desenrolar de radicalização desde os anos 50. Com densidade populacional de grandes extensões territoriais e concentração fundiária do tipo “grandes herdades”. Houve neste período de desenvolvimento do capitalismo português, conforme aponta Baptista (1994) as bases da grande transformação que resultaram no moderno e operante sistema empresas agrícolas do Alentejo:

A saída da população articulou-se com uma acentuada transformação tecnológica, através da qual as explorações agrícolas procuravam adaptar-se ao crescente alargamento do mercado, ao aumento dos salários agrícolas e à partida de muitos filhos das explorações familiares. A mecanização, o incremento do consumo de adubos químicos, de sementes seleccionadas e de pesticidas, nomeadamente herbicidas, foram a face mais marcante das transformações operadas, que, em meados dos anos 70, já se encontravam largamente generalizadas. Foram grandes as consequências destas mudanças no panorama das unidades de produção agrícola. Nos campos do Sul os

latifúndios tradicionais tiveram uma evolução diferenciada. Os que reuniam maior capacidade de investir e dispunham de condições de produção, em particular de solos, capazes de assegurar maior competitividade no mercado equiparam-se, deixaram de dar terras de parceria, intensificaram o cultivo, ou seja, foram-se transformando em grandes empresas capitalistas. Os outros latifúndios, com solos de pior qualidade, evoluíram para um aproveitamento cada vez mais extensivo, florestaram ou foram abandonados. (Baptista, 1994, p. 913)

A pastorícia foi recuperada, preservando o modelo de concentração fundiária e extensiva com a crise da produção cerealífera. Contudo, houve maior fragmentação das propriedades no norte da região, em função da figura dos rendeiros. Atualmente cerca de 60% do Alentejo está ocupado com produção agrícola, sendo que os demais setores da economia, como o turismo, serviços e caça associativa, produção de vinho (Faisca, 2020, p. 18), se relacionam ou dependem direta ou indiretamente deste. (Estatísticas Agrícolas, 2018, p. 61).

O “desencaixe” da Reforma Agrária⁵ que aconteceu em Portugal movimentou particularmente o Alentejo, que tinha um modelo de assalariamento consolidado. Contudo apesar de não alterar a estrutura fundiária, marcou a divisão de um modelo de desenvolvimento corporativo, para uma agricultura moderna à maneira europeia, conforme aponta Baptista (1994). Agricultura “moderna” estruturada nos piores e nos melhores resultados e efeito do desenvolvimento, que podem ser verificados pela via do caso emblemático das grandes empresas de azeite ou dos chamados “olivais intensivos” (Campos, 2021) mantendo exploração de mão-de-obra, principalmente imigrante. (Campos e Pires, 2020)

O Alentejo sempre preservou o modelo produtivo de grandes propriedades e concentração fundiária. Este cenário foi minimamente alterado com o processo de democratização e posterior inserção de Portugal na Comunidade Europeia que permitiu maiores ganhos e acesso à terra pelo aumento do poder de compra. Mesmo assim o modelo produtivo concentrador favorecendo produção em escala, persiste. Modelo de

desenvolvimento que conservou desigualdades que se radicalizaram entre os anos 30 e 60 (Carmo, 2007b).

O processo de Reforma Agrária olhado do ponto de vista do desenvolvimento do território indica que a potência revolucionária concentrada no Alentejo e reivindicada pelo PCP, teve papel fundamental, acelerando a passagem de um território com vínculos tradicionais e resquícios feudais, para o capitalismo. Neste sentido em entrevista concedida a Paulo Barriga (2020), o trabalhador agrícola Antônio Merêncio, líder de um “rancho de camponeses” que participou ativamente do processo de Reforma Agrária em 1974 nos arredores de Beja, Sul do Alentejo, percebe a “ironia da história”. Aponta categoricamente, com relação as atuais empresas agrícolas e os olivais intensivos que tem destruído o ambiente, a sociabilidade e concentrado riqueza: “hoje, a terra finalmente está com quem trabalha...”, já que o processo de Reforma Agrária visava combater o latifúndio e as terras ociosas.

3. Marcas da sociabilidade local: elementos teóricos

A sociabilidade destas vilas e aldeias, principalmente nas mais remotas da sede do Concelho com poucos traços de industrialização conservam aspectos claros desta sociabilidade que têm na propriedade ou uso da terra o fator central. (Carmo, 2007a) Muitas vezes como fardo, destino, fator de sociabilidade e pertencimento. Muitas das grandes famílias locais que continuam sendo proprietárias das terras desde o século XIX e no mais das vezes bem antes da Lei do Morgadio⁶, não são investidores que gerem os negócios agrícolas no sentido capitalista do termo. As empresas de produção de azeite de oliva e dos “endiabrados” olivais intensivos que tanto inquietam os ambientalistas e associações de defesa do território e outras no Alentejo, não são de propriedades das grandes famílias latifundiárias, muitas das quais ainda proprietárias do espólio de terras deixados por seus avós, bisavós e tataravós. São sim de propriedade de empresas, portuguesas, a maioria espanholas, muitas angolanas ou de capital anônimo:

Cerca de 70% do território agrícola da região de Alqueva mudou de mãos nos últimos dez anos – e o Alentejo passou de celeiro a olival da nação. O antigo terratenente seareiro cedeu lugar a um novo mega latifúndio assente em fundos internacionais, com seis grandes grupos a deter ou a gerir mais de 65% dos olivais da região. São eles os grandes beneficiários do maior investimento público alguma vez realizado na agricultura portuguesa: 2,5 mil milhões de euros. Ao mesmo tempo que escasseia, a terra irrigada por Alqueva está a sofrer uma pressão sem precedentes, com o preço do hectare a crescer seis vezes em 15 anos. Neste período, graças aos novos olivais alentejanos, Portugal passou de importador crónico a quinto maior exportador mundial de azeite. E, segundo a Comissão Europeia, o olival português poderá aumentar 88% até 2030. Mas isso teve consequências sociais e ambientais. (Barriga, 2022, p. 03)

Este processo descrito mais para o sul do Alentejo é verificado com menor ocorrência no norte alentejano, e, em casos mais específicos de grande propriedade com terras mais ricas do que normalmente se encontra nesta porção do território. Casos como os descritos no norte Alentejano por Campos e Pires (2021) conforme verificados em Alter do Chão e Crato, para a freguesia da Chança na antiga “Herdade do Pereiro”, são pouco comum no norte da região, donde predomina a pastorícia e os resquícios da cultura de montado⁷.

Os movimentos de organização dos trabalhadores assalariados agrícolas no Alentejo durante o Estado Novo construíram um passado nostálgico ligado aos vínculos comunitários e associativos quase sempre representados pelo PCP – Partido Comunista Português que não se verifica no norte alentejano. A vórtice comunitarista em torno da destruição da propriedade privada e dos vínculos sociais tradicionais levadas a cabo pela ação coletiva dos trabalhadores vinculados e identificados na mesma condição econômica e de existência, criou forte solidariedade interna entre os trabalhadores. Este fator é mais presente entre os assalariados do sul da região alentejana, mas também no Alentejo litoral em zonas portuárias e na margem sul de Lisboa com o assalariamento industrial. Os parques vínculos comunitários e civis foram

se dissolvendo em detrimento da economia de mercado. Tais vínculos de um passado nostálgico da experiência de Reforma Agrária, ou mesmo de poder associativo feito em torno de projetos de municipalidade não são fortes no norte alentejano. À exceção de alguns bastiões históricos como a vila de Avis, não encontramos grande nostalgia, sendo que a ação histórica do PCP na organização dos trabalhadores durante o Estado Novo e no período revolucionário da coletivização das propriedades, geralmente não é visto com bons olhos no norte do Alentejo.

A sociabilidade do norte alentejano preserva vínculos de pertencimento ao território e à propriedade e usufruto da terra. Conserva resquícios pré-capitalistas, e mais recentemente de um passado nostálgico ligado ao assalariamento agrícola onde este existiu⁸. No tocante as diferenças internas, o norte alentejano sempre preservou aspectos da pastorícia e uma maior presença da figura do rendeiro, portanto, no Norte alentejano, como aponta Inês Fonseca (2004), as ações coletivas dos camponeses sempre foram mais reativas no sentido da preservação dos seus modos de vida em contrapartida com o sul do Alentejo em que os movimentos dos assalariados rurais eram mais ativos buscando, ao contrário mudar suas condições de existência. As “*doutrinas destrutivas do secular tradicionalismo da propriedade*” no Alentejo (Fonseca, 2004), sofreram investidas do Estado Novo como os “Projetos de Colonização Interna, que pouco funcionaria, uma vez que as ações coletivas levadas a cabo pela ação orgânica do PCP – Partido Comunista Português, estava ao fim e a cabo fundada, na doutrina da coletivização e do assalariamento, onde a que a propriedade privada é substituída pelo Estado⁸.

O movimento migratório ocorrido na década de sessenta em todo Portugal, levando muitos portugueses, a maioria do norte do país para França, Alemanha, Suíça, e outras partes do mundo, movimentou também a migração interna. A migração como alternativa de mobilidade social movimentou muitos portugueses e dentre estes alentejanos, a experimentar a migração interna do sul rural principalmente para a grande Lisboa, ou cinturão industrial de Lisboa, cobrindo toda Extremadura e partes do Ribatejo.

Foi este processo que Fonseca (2004) descreveu como sociabilidade presente nas colônias agrícolas de Portugal como um todo, que identifiquei analogicamente, no norte alentejano, já que preserva as características de análise da autora, que é o “vínculo comunitário de sociabilidade”, evidentemente mais reativo e conservador do que as “doutrinas destrutivas” tocadas pelo PCP na rasteira da orientação de Moscou.

A ação coletiva reativa e de preservação presente no norte alentejano foi possibilitada por múltiplos fatores, dentre os quais a migração, a preservação da propriedade e ou posse da terra, o movimento disruptivo de pertencimento econômico, que seguiu um caminho assimétrico com relação ao pertencimento comunitário, já que os migrantes internos voltavam com maior frequência para a terra dos avós.

O movimento de sociabilidade local deste sujeito social remanescente de um “velho mundo”, encontra-se com a dinâmica socioeconômica de mercados globalizados, que valorizam o produto destas pastagens pobres e pedregosas: a carne. Nada mais original e “peculiar”, pois a produção cerealífera projetada como “política de estado”, foi desmantelada já que os mercados encontraram rapidamente melhores condições produtivas e concorrenciais noutras partes. A falência do projeto de produção cerealífera para o Alentejo marcou o norte deste território de maneira diferente do sul alentejano, já que no Norte a vegetação autóctone e os solos pedregosos, pobres e vis-à-vis acidentados, foram preservados com a exploração da pastorícia. Uma pastorícia que no limiar das duas últimas décadas despontou como produto valorizado pelo mercado global, já que ao fim e ao cabo não é a carne em si, mesmo por que noutras paragens se produz a mesma carne com custo mais baixo, mas a “carne proveniente dos pastos do “Norte alentejano” que são valorizadas no circuito global tornando-se favorita em países de alto poder aquisitivo como Israel e os Emirados Árabes Unidos, por exemplo. A sociabilidade em torno desta “*new pastorícia*”, é objetivo deste ensaio conforme se verá adiante.

4. Elementos de sociabilidade em torno da pastorícia

Os elementos centrais de sociabilidade que observo dizem respeito a pastorícia, portanto, remete a indústria da carne. Também o comunitarismo ligado ao “pertencimento” ao território, herança de pais e avós, e constituídos recentemente como locais de segunda habitação. Considero ainda o envelhecimento da população, e de pessoas que têm a renda principal originárias de suas reformas, provenientes de trabalhos urbanos no mais das vezes em sistema de assalariamento industrial, ou serviços públicos.

Utilizo neste texto a ideia de comunidade marcada pelo pertencimento territorial e pelos laços estruturais de parentesco como a família extensa; privilegiando a interdependência econômica dada pelo gado e pela pastorícia. Os membros da aldeia descendem de meia dúzia de ancestrais comuns, e, portanto, conservam estreitos laços de parentesco, que percorre as mais remotas gerações e são reivindicados em proveito próprio, como “direito de preferência” na compra e venda de terrenos, preferência no uso para apascentar o gado, etc. Portanto, o vínculo que estrutura os elementos de sociabilidade parte da ideia de comunidade como nos clássicos escritos de *Tönnies* (1947), privilegiando os elementos centrais, como no caso a língua obviamente, desconsiderando, contudo, vínculos religiosos que são fracos e pouco significativos na aldeia e região estudada. Conforme *Fichter* (1967) a comunidade é definida pelo pertencimento territorial, reciprocidade e mobilização de recursos em torno de objetivos comuns, que no caso é a criação e comércio do gado. Portanto, mais que o pertencimento é o sentimento de pertencimento que define o conceito de comunidade. O elemento de sociabilidade mais recorrentes na aldeia, valorizando e privilegiando dentre os demais, por ser aquele que mobiliza recursos humanos em torno de objetivos comuns, é o gado.

A maior incidência de gado é do tipo ovino; em segundo plano bovinos, com número menor de caprinos e pontualmente a presença de equídeos. O objetivo geral é a venda do borrego para corte, o que se faz com o desmame com cerca de dois meses de vida. O animal com cerca de dois meses é “acabado” no feno ou ração, conforme conveniência, e quase todo destinado ao mercado externo. Nos últimos anos Israel tem assumido a liderança na compra destes animais que são adquiridos dos produtores por cerca de 75,00 (setenta e cinco euros, 2020), 95,00 (noventa e cinco euros, 2022), passando por pelo menos três intermediários, e, chegando ao consumidor final em Israel por valores bem mais elevados. Dentre os chamados “produtos tradicionais portugueses” tem destaque a “carne do borrego do norte alentejano IGP – Indicação Geográfica Protegida”, indicada como a melhor carne de borrego de Portugal e da Europa, concorrendo e vencendo de longe em qualidade com carne de animais provenientes da Grécia ou Reino Unido, por exemplo. São abatidos com peso de carcaça entre 9 e 15 quilos; a marca vende a ideia de que se trata de carne proveniente de um sistema de pastorícia mais antigo que o próprio Portugal.

O consumidor português acaba por pagar nas grandes redes de super mercado um valor bastante inferior por carne de borregos vindos da Grécia, Reino Unido ou até mesmo do Brasil, dentre outros países. Apesar da carne de borrego estar altamente valorizada no norte alentejano, e na maioria das vezes o corte da carne proveniente de outros países serem mais econômicas que aquela produzida localmente, alguns moradores ainda preferem abater em casa para consumo doméstico. Acabam por comprar diretamente do produtor e abatem em casa em pequenos barracões ou galpões.

Figura 2 – Borregos em “pastorícia aberta”



Autoria: Ricardo de Campos (2021)

Figura 3 – “Abate de borrego em pequenos galpões”



Autoria: Ricardo de Campos (2021)

A maior exportadora de carne de borregos para Israel e outros países do médio oriente e bacia do mediterrâneo, mas também para França e Itália, é a empresa de Sousel de produção de carne de borrego chamada “Pasto Alentejano”. A empresa que tem mais de “três mil colaboradores” (os produtores que fornecem os borregos), e mais de duzentos empregados diretos. Compra os borregos e fazem o chamado “acabamento” com pastagem e feno de qualidade, sementeiras do montado, folhagem, bolota ou lande. Estes animais são acabados entre trinta e sessenta dias, depois passam por processo de classificação da qualidade do animal e da carne, e convenientemente distribuídos entre o mercado interno (Portugal e Europa) e externo (preferencialmente Médio Oriente).

Assim como acontece com a monocultura dos olivais intensivos, onde internacionalmente vende-se a “marca” distintiva de qualidade do “azeite português propagado como sendo o melhor do mundo (Campos e Pires, 2021), no caso da carne de borrego, vende-se a marca distintiva de serem animais dos “pastos alentejanos”, IGP – Indicação Geográfica Típica, também neste caso como sendo os melhores do mundo.

A Associação de Produtores do Alto Alentejo, aponta, sobre a expansão do mercado, que invoca o consumidor a fazer a diferenciação de qualidade no tocante ao mesmo produto, o foco é, evidentemente, combater mercados externos com carne ultra congelado, neste caso faz referência pontualmente a carne de borrego congelada originária da Nova Zelândia.

Um borrego nacional custa cerca de seis euros o quilo, um importado custa 3,50 a 4 euros”, precisou, defendendo que “deve haver uma diferenciação por parte do consumidor, porque a qualidade do borrego português tem características diferentes do importado ultracongelado. (2015, p. 2)

O borrego valorizado no mercado de Israel, e noutras partes do médio oriente como Dubai, é o borrego macho. As fêmeas são tidas como animais com excessiva capa de gordura. O mercado interno não faz esta diferenciação, o que leva os borregos, tanto machos quanto fêmeas e terem valores iguais pagos

aos produtores, a diferenciação é feita pela indústria no destino dado a carne. Neste sentido a maior parte da carne de borrego português consumida internamente é de fêmeas. A maior porção dos borregos produzidos nestas aldeias do Alto Alentejo acabam nas mãos da empresa familiar Pasto Alentejano, a maior da Europa certifica com prática de bem estar animal, localizada na “capital do borrego”, alcunha de Sousel⁹.

Os criadores de borregos, todos em sistema de pastorícia, variam em tamanho entre três a quinhentas matrizes produtoras – ovelhas. As pastagens são extensivas, donde predomina o sistema de arrendamento ou dádiva. O arrendamento envolve contrato escrito ou verbal, em que dez hectares de terra referência mais ou menos um valor aproximado de mil euros por ano, além da limpeza e conservação do terreno. No sistema de dádiva, normalmente em propriedades e terrenos menores, envolve prestação de favores e serviços como deslocamentos eventuais de idosos a serviços médicos ou administrativos para fora da aldeia, e quase sempre, a depender do tamanho da propriedade o pagamento de um ou dois borregos por ano. Animal já abatido destinado ao consumo dos proprietários normalmente nos períodos festivos de Natal, mas principalmente na semana das festas de Páscoa.

Com relação ao serviço prestados aos mais velhos, soma-se a solução de problemas do cotidiano nas suas casas, como pequenos reparos e consertos em geral. Também na locomoção de pessoas que precisem ir ao médico, entrega de documentos e locomoção aos sistemas bancários. Lembrando que tudo isso é feito na sede do Concelho que dista cerca de quinze quilómetros da aldeia. A aldeia passou a contar com um caixa bancário eletrónico faz alguns anos que algumas pessoas mais velhas não sabem utilizar, sendo por isso, auxiliadas pelos mais jovens. Deve se anotar que a Junta de Freguesia local é um espécime de “resolve problemas” dos mais variados como serviço de orientação e facilitação em que a funcionária local trata de temas dos mais variados como vacina de gado, orientação de vacinas, cópias de documentos, preenchimento de formulários ou simplesmente postagem no correio, dentre outras.

Outra intercorrência muito comum na aldeia estudada é a cessão de banheiras usadas normalmente descartadas de reforma de prédios de habitação, servindo para dar água para o gado. Esta prática alimenta o reconhecimento de respeito e “amizade” por parte do cedente e “obrigação” por parte de quem recebe. Como é uma região de secas prolongadas, somando o fato de que os rios e riachos são poucos e não perenes, existe a necessidade de dar água para o gado. No caso das vacas e bois¹⁰, normalmente a água é dada em grandes reservatórios adquiridos em negócios especializados. Estes grandes reservatórios com capacidade de armazenamento de cinco mil litros são adquiridos em lojas especializadas. Considerando que a maior parte da pastorícia local é de gado ovino, e que esta compreende um grande número de pequenos e médios produtores, é comum o uso de banheiras usadas extraídas de reformas de casas de demolição. Uma prática intercorrente é a cessão, ou presentear alguém próximo, por quem tem-se respeito e consideração, ou, para retribuir pequenos favores, ou ainda, selar amizades, acordos e respeito mútuo. Trata-se, de prática intercorrente de reconhecimento que sela uma relação de respeito e consideração. Muitas vezes esta prática envolve elementos de pertencimento a grupos políticos locais, amizades pessoais, identidade, etc. Também identificação ou oposição a pessoas e grupos de pessoas, famílias, e, práticas identitárias de pastorícia. As banheiras nunca são vendidas, e sempre são dadas ou n’alguns poucos casos, emprestadas a quem se deve amizade, gratidão ou reconhecimento.

A junção dos principais elementos destacados por *Marcel Mauss*, (2013) na busca em reunir as principais peças de uma teoria da reciprocidade, estão presentes no ciclo de sociabilidade da aldeia. O prestígio, e o reconhecimento atribuído aos produtores quanto mais o negócio de gado funcione; a obrigação de retribuir, que é uma prática corrente observada neste trabalho; e a presença do terceiro elemento, ou elemento externo, identificado por mim na figura do comprador de borrego. O ciclo da dádiva como categoria econômica própria estudada por *Mauss*, a nosso ver não exclui a categoria de troca mercantil, o que implica dizer que existe uma mescla de sistema

produtivo entre vínculos tradicionais e capitalismo de topo, que se verifica no norte alentejano.

Um fator que deve ser levado em conta é que a pesquisa foi realizada durante a pandemia de Covid 19, portanto, nem todas as dimensões de sociabilidade em torno do gado e da pastorícia foram observadas de modo directo no período em análise. Não obstante, recorrendo a observação indirecta e a registos testemunhais, anotam-se três momentos mais significativos em que as práticas de sociabilidade em torno do borrego são reconhecidas pelos residentes: a festa do Santo padroeiro d’aldeia (maio de 2021 e 2022), as comemorações em torno do aniversário da aldeia, e principalmente uma festividade secular realizada no campo, donde participam apenas os homens (“pastores”). O coletivo abate um borrego e se reúne para comê-lo num dia de sol.

Uma prática que completa um ciclo de sociabilidade, também muito antiga, realizada no seio da família, é a recepção e preparação do borrego oferecido pelo pastor como gratificação (“pagamento”) pela cedência de uso das pastagens dos terrenos da família. O borrego sempre é preparado para as festividades de Páscoa, ocasião que em quase todos os lares da aldeia se pode encontrar a famosa “sopa de sarapatel”, preparada com os sangues e as vísceras do borrego.

5. Elementos de sociabilidade em torno do feno

O feno mobiliza o cotidiano da aldeia entre o fim da primavera e início do verão. Envolve diretamente a maioria das pessoas da aldeia e indirectamente quase a totalidade. Envolve todos numa espécie de pacto tácito de concordância que sela o controle político e a sociabilidade local. Neste sentido precisamente que a côngrua do feno envolve um dever tácito de concordância com a dinâmica socio econômica da aldeia.

O feno é feito entre final de maio e começo de junho, salvo casos de anos atípicos que não são incomuns em tempos de alterações climáticas. Trata-se do corte, compactar, e recolher os fardos para os celeiros, chamados localmente de barracões. O feno é

usado para tratar o gado durante o período de estiagem: julho, agosto e setembro; e normalmente no início do outono: outubro, quando a erva ainda não brotou suficientemente para o gado comer a pasto. Casos poucos, de gado confinado que necessita de periodicidade maior de trato. É comum o armazenamento de fardos de feno durante anos, como precaução para os chamados “anos difíceis”.

Durante o período de extração e feitura do feno a aldeia é ocupada por tratores, carrinhas e camionetes, não raros grandes camiões, que se movimentam no fluxo da compra, venda e armazenamento. Apesar de na região existirem praticas mais especializadas de feitura e venda do feno, na aldeia não encontramos ninguém que pratique de maneira isolada, sendo comum a venda de excedente. Excedente este que caracteriza vínculos de pertencimentos locais já que dos cinco ou seis produtores de feno da aldeia que vendem o excedente com frequência, cada um deles é identificado: um deles por vender o feno a um valor mais alto no

contexto local; outro por ter feno de má qualidade; outro por vender mais barato; outro por ter bom feno, apesar de caro. As pessoas tendem a negociar o feno, valorizando, uma relação mínima de identidade. As identidades tendem a ser estabelecidas dentro do rol de amizades, posição política, pertencimento a grupos de caça, etc. Existe, portanto, uma “pessoalidade” que caracteriza estas relações como “imperfeitas” do ponto de vista do mercado. Categorias institucionais distintas, mas que são categorias econômicas “diferentes” de troca e redistribuição. No caso do feno é uma “relação de mercado imperfeito”, ou não impessoal, já que a compra do feno significa no mínimo reconhecimento e pessoalidade. A “reciprocidade” como categoria econômica recuperada por Polanyi (2000) nos seus clássicos escritos econômicos, é uma chave privilegiada de análise para este estudo. A institucionalidade dos processos de troca via “mercado imperfeito” é singularizada por elementos comunitários e interativos que gravitam em torno da “sociabilidade do gado”.

Figura 4 – O corte do feno.



Autoria: Ricardo de Campos (2021)

O feno é plantado/cultivado, ou meramente recolhido. No primeiro caso existe uma vantagem econômica considerável, apesar de nem todos fazerem, por diferentes motivos. O principal deles é porque muitos não possuem terrenos adequados ou máquinas para tanto. Ainda que na aldeia existam apenas seis “enfardadeiras¹¹”. São algumas dezenas de pessoas que

fazem feno, mas localmente o feno é enfardado pelas seis enfardadeiras locais, ou casos não raros, de pessoas que esgotaram ou não tem “boas relações” e reconhecimento com os enfardadores locais e que procuram quem os faça nas aldeias vizinhas do Concelho.

Figura 5 – “Bater e virar o feno”.



Autoria: Ricardo de Campos (2021)

Os que apenas recolhem o feno, o fazem aleatoriamente, cortando, compactando e estocando erva excedente que se forma nos principalmente no início da

primavera. O período que vai de meados de março a meados de maio, e a junção de calor e níveis altos de chuva, é que formam o feno. Dentre as máximas

locais ouve-se “abril, águas mil”, e, “abril é que faz o feno”. Há quem plante, cultive e trate a erva para fazer feno. Estes são em menor número, e envolve, elementos de racionalidade que incide na política de custos. Na mesma quantidade de terra que se produz cem

fardos de feno apenas na recolha, é possível produzir até quinhentos fardos desde que cultivados.

Figura 6 – “Enfardamento do feno.”.



Autoria: Ricardo de Campos (2021)

A política de preços envolve esta realidade, já que o custo de enfardamento do feno foi em 2021 de 1,10 euros, com aumento de 0,10 cêntimos de euro com relação a 2020 quando o valor foi de 1,0 Euro. Há pouca diferença na prática de preços de enfardamento, e quando existe é para casos específicos de personalidade em troca de favores, reconhecimento ou amizade. O aumento do valor é atribuído ao fato de que os minérios usados para o arame que envolvem o feno terem sofrido também aumento significativo de um ano para outro. Soma-se no custo final aquele de corte, ou ceifa, bater e virar, que é uma máquina que vira hermeticamente o feno depois de cortado para que seque bem dos dois lados. E, por fim,

o trabalho de enfardamento que normalmente é pago. Os custos de produção, por fardo, daqueles que não cultivam o feno, gira em torno de 2 até 3 euros. Variável que envolve a terceirização das fazes de corte e vira, e a maneira de fazê-lo, já que muitos o fazem com cortadeiras manuais, outros com grandes máquinas agrícolas. O valor local praticado de comércio do fardo de feno médio, preço de venda do fardo do feno entre 2020/21 variou entre 2,50 e 3,50 euros, dependendo do vendedor, qualidade, tipo de erva, etc. O indicativo destes valores nos leva a entender que o comércio mais especializado do feno envolveria uma programação de política de preços

com elementos de racionalidade que não é uma intercorrência local.

Para efeito de conclusão

A sociabilidade contemporânea da aldeia, adapta e reforça elementos de dádiva e reciprocidade antigas, reinventadas pelas experiências que marcam o território. No caso a indústria da carne e o acesso a novas tecnologias, ou mesmo os “famigerados” subsídios, engrossados pelas conhecidas “bazucas”, tema sob o qual não se tocou neste trabalho, formam a base da nova sociabilidade. Toda ela tendo como eixo motriz a pastorícia e o feno.

Um outro elemento de sociabilidade em torno da pastorícia é a dádiva de produtos hortícolas. Uma forma de presentear, retribuir ou agradecer. Geralmente dependendo do período e estação do ano: batatas, tomate, cebola, couve e pouco mais. Entram nesta categoria também os ovos de galinhas. Quem recebe esta dádiva por reconhecimento de prestação de amizade, socorro, ou no caso em questão de nosso maior interesse, por empréstimo de terra para apascentar o gado, tem a vida facilitada se considerando a fragilidade do mercado local, principalmente daqueles que por diferentes motivos têm dificuldade de acesso e mobilidade para acender mercados mais distantes, que tem que ser feito com autocarro ou veículo privado.

Os terrenos de pastagem, que são praticamente a totalidade de todos os terrenos da aldeia estudada são distribuídos entre alguns poucos criadores de gado, na sua maioria de gado de tipo ovino. Fator este que ativa e movimenta a sociabilidade local em torno do gado e do feno. Quer seja no tocante ao comércio: casas agrícolas, produtores de feno e gado, os cafés que são pontos de encontro de criadores para venda e compra; e, a sociabilidade em torno das dádivas de reconhecimento pela secção de terrenos de pastagens. Muitos idosos da aldeia são proprietários de terrenos. Não podendo ou não querendo criar e apascentar gado estes terrenos são cedidos em troca de pequenos valores, borregos e favores. Este é um fator que ativa a sociabilidade local.

Cutileiro (1972) aponta que o Alentejo, ainda na década de sessenta do século passado, apresentava as bases de uma sociabilidade estagnada e estratificada (os pobres e ricos) com pouca mobilidade social. A mobilidade social acontecia com a migração e proletarização para grandes centros urbanos. A propriedade da terra continuava sendo no Alentejo sinónimo de diferenciação social.

O norte alentejano conjuga sociabilidade pré-capitalista ligada as chamadas sociedades tradicionais, voltada para a produção e representação de si própria, com elementos de um “capitalismo de ponta”, expresso no mercado da carne. Os “custos sociais” da sociabilidade se relacionam com os custos monetários do valor da carne, e, portanto, com os custos de produção.

É na senda deste “mercado imperfeito” cozendo uma trama singular de relações que os custos de produção da carne, o valor, se adapta a uma trama complexa de sociabilidades tradicionais, se completando na impessoalidade do mercado global.

Referências bibliográficas

- Baptista, F. O. (1994). *A agricultura e a questão da terra – do Estado Novo à comunidade Europeia*. Revista Análise Social, vol.: XXIX, 907-921.
- Barriga, P. *Os novos donos do Alentejo*. Semanal: Sábado; 16 1 22 de janeiro de 2020. https://gulbenkian.pt/wp-content/uploads/2020/09/PBarriga_Sabado.1_20200116.pdf
- Becattini, G. (2015). *La coscienza dei luoghi* Il territorio come soggetto corale. Donzelli.
- Borrego do Norte Alentejano IGP, Portalegre, Direção Geral de Agricultura e desenvolvimento rural. <https://tradicional.dgadr.gov.pt/pt/cat/carne/carne-de-ovino/99-borrego-do-nordeste-alentejano-igp>
- Caldas, E. C. (1978). *A Agricultura portuguesa no Limiar da Reforma Agrária*. Instituto Gulbenkian de Ciência.

- Campos, R. L. S., & Pires, E. C. R. (2020). *Imigração e Trabalho Precário no Alentejo (Portugal): A Atuação da SOLIM – Solidariedade Imigrante*. Revista Tempos Históricos, v. 24, n. 2, 165-182.
- Campos, R., & Pires, E. (2021). *Vidas Rurais, oliveiras e Transformação da paisagem: Alentejo 2020*. Revista Trabalhos de Antropologia e Etnologia. Vol. 61, pp. 225-238.
- Campos, R. (2021). *Imigração “desenvolvimento” e trabalho precário na agricultura alentejana: a marca do azeite português*. UNB, Revista Ser Social, 23 (49), 2001. Pp. 380-398.
- Carmo, R. M. do (2007a). “Gênero e espaço rural: o caso de uma aldeia alentejana”. Sociologia, problemas e prática, 57, pp. 75-99.
- Carmo, R. M. do (2007b). *As desigualdades sociais nos campos. O Alentejo entre as décadas 30 e 60 do Século XX*. Análise Social, vol. XLII, 184, pp. 811-835.
- Cutileiro, J. (1972). *Ricos e Pobres no Alentejo: uma análise de estrutura social*, Estudos e Debates.
- Estatísticas Agrícolas 2018. (2018). Lisboa, Portugal: INE, IP. https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_publicacoes&PUBLICACOESpub_boui=358629204&PUBLICACOESsmo=2
- Fichter, J. H. (1967). *Sociologia*. Ed. Herder.
- Freire, D. Fonseca, I., & Godinho, P. (Coord.) (2004). *Mundo Rural: Transformação e Resistência no Península Ibérica (Século XX)*
- Lakatos, E., & Marconi, M. (1991). *Metodologia científica*. Atlas.
- Madeira, J. (2004). “Nas nossas terras o partido somos nós”. *A rede do Partido Comunista Português nos Campos*. Freire, D. Fonseca, I., & Godinho, P. (Coord.) Mundo Rural. Transformação na Península Ibérica (Século XX). Lisboa: Edições Colibri/Centro de Estudos de Etnologia Portuguesa, pp. 119-132.
- Mauss, M. (2013). *Ensaio sobre a dádiva*. Editora Cosac Naify.
- Mendras, H. (1976). *Sociétés paysannes*, Paris: A Colin.
- Mzzadra, S. (2006). *Diritto di Fuga: Migrazioni, cittadinanza, globalizzazione*. ombre corte.
- Polanyi, K. (2000). *A Grande Transformação: as origens de nossa época*. Ed. Campus.
- Pinto, M. L. R., & Rodrigues, T. (1996). *Migrações Internas*, In Dicionário de História do Estado Novo: Ed. CL.
- Pires, E. (2020). *Recuperatives modes of actions: Reciprocity, dependence and resistance to austerity policies in Rural Portugal*. Bloonsbury Academic.
- Revista Lusa, economia, (2015) *Borrego alentejano é cada vez mais procurado por países do Norte da África*. <https://www.sapo.pt/noticias/economia/borrego-alentejano-e-cada-vez-mais-procurado-551d35697f0ee23566e58066>
- Ribeiro, O. (2021). *Portugal, o mediterrâneo e o Atlântico*. Letra Livre.
- Rodrigues, V. (2017). *Caracterização da posse e uso da terra no Alentejo*, N. 07, (mar) pp. 97–115.
- Sete Municípios do norte Alentejano pedem isolamento obrigatório para quem chega ao distrito. <https://canalalentejo.pt/sete-municipios-do-norte-alentejano-pedem-isolamento-obrigatorio-para-quem-chega-ao-distrito/>
- Simmel, G. (2006). *Questões fundamentais da sociologia*. Zahar.
- Thiollent, M., & Silva, G. de O. (2007). Metodologia de pesquisa-ação na área de gestão de problemas ambientais. *Revista Eletrônica De Comunicação, Informação & Inovação Em Saúde*, 1(1). <https://doi.org/10.29397/re-ciis.v1i1.888>
- Urani, A., Cocco, G., & Galvão, A. P. (Org.) (1999). *Empresários e empregos nos novos territórios produtivos*. DP&A.
- Thompson, E. P. (1997). *A Formação da Classe Operária Inglesa*. Editora Paz e Terra.
- Tönnies, E (1947). *Comunidad y Sociedad*. Buenos Aires: Losada.
- Weber, M. (1993) *Landarbeiterfrage, Nationalstaat und Volkswirtschaftspolitik. Schriften und Reden 1892-1899*, Max Weber Gesamtausgabe, Abteilung I Bd.4,2 Halbbde., hrsg. Von W.J. Mommsen in Zusammenarbeit mit R. Aldenhoff, Tübingen, Mohr.

Nota:

(1) No contexto empírico em análise “meter projeto” significa propor projeto para subsídio agrícola em suas várias dimensões, lembrando que todos os produtores tem subsídio desde ajuda de custos por cabeça de gado, até compra de maquinários agrícolas e feitura de barracões para guardar o feno; “tirar os paus”: é termo corrente que indica a saída de uma terra de pastorícia cercada pelo usuário, quer seja por que terminou o contrato, ou então por que se desentendeu com o proprietário. O termo é usado mais comumente indicando conflito, ou “saída definitiva e as pressas”; “levar a terra” é ser usuário ou arrendatário de terminado terreno e dele fazer uso; “toca a andar”: é despacha-te, vais embora logo, ligado a desocupação do terreno; “pagar contrato” é adimplir com o combinado, o pagamento do contrato, termo usado pela dação de dinheiro em espécie, mas também borrego e outros compromissos como a limpeza do terreno.

(2) As chamadas “campanhas do Trigo”, foram políticas de estado português para quem plantasse trigo em terrenos vocacionados e adaptáveis, particularmente no Alentejo. Uma serie de regalias e favorecimento que resultou na dizimação de florestas e terrenos de montado, principalmente no sul do Alentejo que apresentava mais terrenos planos. Lançada em 1929 e tendo apresentado resultados rápidos como a autossuficiência de trigo e até a produção de excedentes, em 1932 já apresentava desgaste enquanto política de Estado e viabilidade já que houve um rápido desgaste dos solos aliado a crescente viabilidade da política de exportação do trigo.

(3) Faz-se aqui a diferença terminológica entre “margem sul do rio Tejo”, de “margem sul do Tejo”, este último comumente usados para designar a área metropolitana de Lisboa de histórico operário e tradição sindical

(4) A divisão do Alentejo para fins estatísticos, ou seja, de geografia política, preserva a unidade e divisão da União Europeia em NUTS – Nomenclatura das Unidades Territoriais para fins estatísticos que compreende: alto Alentejo; Alentejo Litoral; Lezíria do Tejo; Alentejo Central e baixo Alentejo.

(5) Com o fim do Estado Novo houve entre março e novembro de 1974, uma intensa experiência de reforma agrária, objetivando além da divisão de terras, alterar profundamente as relações de produção na agricultura. Foram cerca de quinhentas unidades coletivas de produção em mais de um milhão de hectares de terras. Apesar do fracasso da experiência e da estrutura fundiária ser mantida, com a recuperação das terras pelos antigos patrões, o 25 de abril e o processo democrático foram o primeiro passo para a preparação do país rumo a construção de uma Comunidade Europeia.

(6) A chamada Lei do Morgadio previa a indivisibilidade dos bens e posses familiares que seriam geridos preferencialmente pelo filho varão mais velho, que por sua vez, na condição de

proprietário e “cabeça de família” (elo da linha sucessória) devia (dever) garantir o bem estar dos demais membros da família extensa, particularmente irmãos e suas famílias nucleares. A Lei do Morgadio, de origem castelhana, vigente em Portugal desde as ordenações filipinas em 1603, só foi extinta em 1863.

(7) Não se deve confundir o montado com a cultura de montado em que a pastorícia é um elo fundamental, mas não a totalidade. Na cultura de montado, um dos sistemas agrícolas mais antigos do mundo ainda existente, principalmente no sul da península Ibérica, existe o envolvimento “harmonioso” entre pastorícia, agricultura e renovação do solo via a pratica do pousio. Pratica estruturada na conservação e extração de cortiça e lenha de espécies chaves, e que ainda são preservadas em Portugal como o sobreiro, a azinheira e o carvalho. O montado se refere a existência de partes deste processo ou não, mas de qualquer maneira preserva as espécies e o pasto.

(8) Ver: Freire, D. Fonseca, I., & Godinho, P. (2004). *Mundo Rural: transformação e Resistência na Península Ibérica (Século XX)*. Edições Colibri: Lisboa..

(9) A campanha “Alto Alentejo terras de borrego” promovida pela câmara de Sousel, tem acompanhado o desenvolvimento do território envolvendo feiras, mercados, e eventos gastronômicos locais. O leite para fabrico do queijo também tem sido associado a cultura local e ao desenvolvimento do território. No caso do gado bovino, o mercado da carne tem se limitado a exportação já que o consumo desta carne não faz parte da cultura local, e mesmo em se tratando da exportação ela é secundária frente ao borrego. Com o leite acontece a mesma coisa: queijos exclusivamente de leite de vacas apenas aqueles que vem dos Açores, e pouco mais.

(10) Um boi de cerca de mil quilos, em dias de verão, chega a beber setenta litros d’água, o que inviabiliza completamente o uso de banheiras para água, já que a capacidade é de quinhentos litros.

(11) São máquinas utilizadas para enfardar, ou seja, compactar e amarrar os fardos de feno